



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 130/131

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Nelson Garcia*  
*PMDB ..... José Maria Ferreira*  
*PT ..... Ângelo Vanhoni*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PPS ..... Waldir Leite*  
*Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto*  
*Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O S

### ***DIÁRIO Nº 130***

#### ***107ª SESSÃO ORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	06
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Neivo Beraldin .....	06
Dep. Barbosa Neto .....	07
Dep. José Domingos Scarpellini ....	07
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	08
Liderança do Bloco PTB/PL/PRB	
Dep. Jocelito Canto .....	10
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	12
3ª Discussão .....	12
2ª Discussão .....	12
1ª Discussão .....	12
Requerimentos .....	20
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>20</b>

### ***DIÁRIO Nº 131***

#### ***108ª SESSÃO ORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>21</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>21</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>21</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	21
Projetos de Lei .....	22
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	22
Discussão/Votação	
Discussão Única (Proposições)..	22
<b>Encerramento da Sessão .....</b>	<b>32</b>

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 130**

### **107ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva.....</b>	<b>03</b>
<b>Presenças.....</b>	<b>03</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei.....	06
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Neivo Beraldin .....	06
Dep. Barbosa Neto .....	07

Dep. José Domingos Scarpellini .... 07

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 08

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto ..... 10

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 12

3ª Discussão ..... 12

2ª Discussão ..... 12

1ª Discussão ..... 12

Requerimentos..... 20

**Encerramento da Sessão ..... 20**

### **DIÁRIO Nº 130**

### **107ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2006**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Marcos Isfer e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Hermes Fonseca, Jocelito Canto,

José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (38).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, André Vargas, Dobrandino da Silva, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Waldir Leite (14).

Em licença médica os Srs. Deputados: Caíto Quintana e Luiz Fernandes da Silva Litro (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2528**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário e aprovado pelo mesmo, seja colocado em regime de urgência a votação do Projeto de Lei nº 538/06, que autoriza o Poder Executivo denominar Centro Estadual de Educação Especial Lucy Requião de Mello e Silva o antigo Educandário Santa Felicidade.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) LUIZ ACCORSI

**REQUERIMENTO Nº 2529**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário e aprovado pelo mesmo, seja colocado em regime de urgência a votação do Projeto de Lei nº 540/06, que declara de Utilidade Pública a Casa Antônio Frederico Ozanam.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) LUIZ ACCORSI

**REQUERIMENTO Nº 2537**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2536**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 2535**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização para que o Grande Expediente da Sessão Plenária do próximo dia 05 de dezembro, seja utilizado por um período de 30 minutos, com o intuito de homenagear o ex-Presidente João Goulart em decorrência do 30º ano de sua morte, ocorrida em 06/12/76. No evento, deveremos contar com personalida-

des como o ex-Deputado paranaense Léo de Almeida Neves e o Deputado Federal eleito Leonel Brizola Neto, do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2525**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Marcos Formighieri, Diretor - Chefe do Jornal Gazeta do Paraná, com votos extensivos a toda equipe daquela importante empresa, em razão da comemoração do 15º aniversário desse jornal.

O trabalho sério realizado pelo Jornal Gazeta do Paraná e a confiança da população cascavelense, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Barbosa Neto e Marcos Isfer.

**REQUERIMENTO Nº 2533**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Selma Serpin.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência a homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2534**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Aurélio Guido Pagani.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2527**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, requerendo a construção da quadra coberta de esportes do Colégio João XXIII, no município de Maringá.

A referida solicitação provem de uma antiga reivindicação de alunos e professores de um dos colégios mais antigos de Maringá que está completando cinquenta anos de fundação.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2530

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, manifestando a contrariedade deste Deputado em relação à medida que centraliza no Detran, de Curitiba, a emissão do CRV (Certificado de Registro de Veículo) e não mais nas Ciretrans (Circunscrição Regional de Trânsito), como vinha sendo feito.

A determinação prejudicará as quase duzentas Ciretrans existentes em todo o Estado, causando um prejuízo também aos usuários do interior do Estado que terão que se deslocar até a capital para retirar o documento necessário para venda ou liberação do veículo.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Geral do Detran Cel. David Antonio Pancotti, informando que com a criação de um novo posto de atendimento da Ciretran (Circunscrição Regional de Trânsito) de Londrina, a sede do órgão carece de funcionários para atender a nova demanda de usuários. Solicitamos de forma emergencial a disponibilização de mais funcionários para suprir o desfalque causado com a descentralização dos serviços de atendimento do Detran, com a instalação desta nova unidade em Londrina.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2532

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, questionando quanto à eficácia e as consequências da resolução baixada pelo Governo do

Paraná, que gratifica integrantes da Polícia Militar que possuem curso superior.

Ressaltamos que a resolução pode ser considerada contraditória e responsável por uma grande distorção no Plano de Cargos e Carreiras da Polícia Militar, uma vez que soldados que ingressarem na Polícia Militar com curso superior, indiferente da área, poderão receber salários de R\$ 1.800,00, enquanto sargentos da corporação, mesmo que aprovados em cursos probatórios e com vinte anos de carreira, continuarão recebendo R\$ 1.780,00.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informação ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, questionando se é do conhecimento da referida secretaria e no caso de resposta positiva, quais às providências tomadas em relação ao exposto na reportagem publicada no Caderno Cidades, do Jornal Folha de Londrina do último dia 22 de novembro do ano corrente.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2539

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Heinz Georg Herwig, informar o que segue, relativamente ao preenchimento de vaga de Conselheiro daquela Corte, declarada vacante em fevereiro deste ano, em decorrência do falecimento do Conselheiro Kielese Crisóstomo da Silva, que exerceu suas funções naquele Tribunal, na condição de Parlamentar escolhido para preenchimento de vaga cuja escolha era de competência da Assembléia Legislativa do Estado:

1 - A vaga de Conselheiro aberta, conforme vacância declarada no Ato da Comissão Executiva nº 76/06, desta Casa é efetivamente de escolha privativa da Assembléia Legislativa do Estado, conforme prevê o inciso II, do parágrafo 2º, do artigo 77 da Constituição Estadual?

2 - Efetivada a escolha do nome do Sr. Orlando Pessuti para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, conforme Decreto Legislativo nº 02/06, aprovado por este Poder Legislativo em 15 de março de 2006, qual o prazo para que o Governador efetive a nomeação, suprimindo a vacância verificada?

3 - Governador procedeu a nomeação do Conselheiro escolhido pela Assembléia?

4 - O não preenchimento da vaga de Conselheiro, por um prazo tão longo prejudica o exercício da competência constitucionalmente cometida a esse Tribunal de

Contas? Ainda que a vaga seja ocupada provisoriamente por um Auditor, que por sua vez não conta com previsão de substituto, além de exercer funções próprias, específicas e distintas daquelas de Conselheiro?

5 - Em não acarretando prejuízo aos interesses coletivos de paranaense, o funcionamento do Tribunal de Contas, por um exercício financeiro inteiro com um membro a menos, poderia ensejar a suposição de que essa Corte exerce na plenitude suas funções constitucionais desfalçadas de um Conselheiro e que neste caso seria salutar para os cofres públicos estaduais reduzir seus custos com a supressão de uma vaga de Conselheiro e outra de Auditor?

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 544/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º A expedição da 2ª via (segunda via) de documentos, cuja expedição seja de competência do Estado do Paraná, fica totalmente isenta do pagamento de taxa, de qualquer natureza, quando os documentos originais tenham sido roubados ou furtados.

Art. 2º O direito à isenção será concedido pelo órgão responsável pela emissão dos documentos, mediante apresentação pelo interessado do Boletim de Ocorrência do furto ou do roubo, expedido pela autoridade policial competente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.06.

(a) NELSON GARCIA

### **JUSTIFICATIVA:**

Os prejuízos que os cidadãos enfrentam quando têm seus documentos roubados ou furtados são muitos e de toda ordem.

Se isto não bastasse para obter a 2ª via (segunda via) dos documentos precisam ainda arcar com o custo do recolhimento de taxas aos cofres do Estado, exatamente a quem compete garantir a segurança e combater a ação de criminosos contra os cidadãos.

Os cidadãos mais humildes, muitas vezes, deixam de requerer a 2ª via dos documentos por falta de recursos, quando não sacrificam a satisfação de suas necessidades básicas para recolher as taxas e obter os novos documentos.

Nada mais justo que o cidadão fique isento de qualquer pagamento para obter a 2ª via de seus documentos, quando ficar comprovado que os originais foram objeto de furto ou de roubo.

## ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concede a palavra ao Sr. Deputado Neivo Beraldin, no Pequeno Expediente.

## ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados:

Encaminhei um ofício à Mesa justificando a minha ausência na segunda e na terça-feira para exames de saúde, de rotina. E no dia de ontem tive a oportunidade de participar em Brasília da reunião dos Srs. Deputados Federais e Senadores do Paraná, onde as Emendas coletivas estão sendo discutidas agora para o ano que vem.

Então, esse é um processo muito interessante que ocorre na Bancada Federal, Deputado Barbosa Neto, que no futuro estará lá, onde, inclusive, estava presente também o Deputado André Vargas, que será um novo Deputado Federal. A Bancada Federal tem um enorme poder político para ajudar o Estado. E eu assisti a essa audiência ontem. Era uma audiência pública, onde muitas entidades do Paraná lá estiveram solicitando emendas, como o Hospital Pequeno Príncipe. Fiquei impressionado em ver a articulação da Prefeitura de Curitiba em relação a esse processo. Está de parabéns o Prefeito Beto Richa por designar uma equipe altamente dedicada e capaz, levando consigo os projetos de interesse da Cidade de Curitiba e logrando êxito no que diz respeito ao orçamento do ano que vem.

Eu tive a oportunidade também nessa audiência de solicitar à Bancada Federal recursos para que seja feito o Parque Linear do Iguaçu. Todos nós sabemos que a região Sul de Curitiba precisa de parques, precisa de área de lazer, de atração, de qualidade de vida para as pessoas da região Sul de Curitiba. Nós temos aí 21 quilômetros do Rio Iguaçu que estão necessitando de investimentos no sentido de diminuir a enorme invasão que vem acontecendo no Rio Iguaçu, as pessoas morando em lugares inadequados, portanto, com prejuízo para a saúde. E esse Parque Iguaçu, certamente, quando iniciado e quando concluído, vai mudar a fotografia de Curitiba, nós vamos ter mais de vinte quilômetros de lagos para o criame de peixes. Ao lado do Parque Iguaçu teremos, certamente, a prática de esporte, a prática de lazer, tendo em vista que será uma espécie de Barigüi quatriplicado. Então, é um espaço enorme para ser preservado em relação ao meio ambiente e também muito importante para a população de Curitiba.

Os Deputados ficaram com o projeto e vão analisar a possibilidade de se fazer a emenda para atender essa nossa reivindicação, que já é uma reivindicação antiga, da qual o Prefeito Beto Richa concorda e evidentemente, com a luta lá em Brasília certamente vamos conseguir os

recursos necessários para vermos essa obra concluída na Cidade de Curitiba.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vimos durante a campanha eleitoral o atual Governador cantar, em prosa e verso, as maravilhas que o Estado do Paraná, segundo o próprio Governador do Estado, possui.

Ele dizia que o Estado do Paraná é o melhor Estado do mundo para se viver, que tem os melhores índices econômicos, que tem recordes de crescimento e tantas outras falácias que, na verdade, nada disso se comprova quando temos argumentos e os números acabam desmentindo tudo aquilo que o Governador dizia durante a campanha eleitoral.

Em período eleitoral nós sabemos que é natural o candidato puxar a brasa para a sua sardinha, mas a bem da verdade, nós enquanto homens públicos, temos a obrigação de desmistificar as afirmações ditas pelo principal ocupante da cadeira nº 01 do Palácio Iguazu. O Paraná cresce menos do que a média nacional, infelizmente o Paraná cresceu menos do que o Brasil em 2004 e perdeu a participação do bolo nacional, do PIB. Nós tivemos um crescimento 3,2% abaixo da média nacional.

Os economistas, aqueles que fazem comparações com outros Estados naturalmente levam em consideração que o Paraná por ser um Estado desenvolvido tem dificuldade até de se comparar com Estados até do norte do País onde o desenvolvimento não é tão grande quanto o nosso. Mas isso não significa que nós vivemos às mil maravilhas, como afirma o atual Governador do Estado. Nós éramos o sexto, por exemplo, na renda *per capita*, caímos para a sétima posição. Tivemos atenuantes como a questão do agro-negócio, nós não podemos deixar de registrar estes fatos. Pelo contrário, nós somos campeões em alguns números que não são nada agradáveis para o Paraná em comparação com Santa Catarina, com o Rio Grande do Sul que são Estados do nosso sul brasileiro. Vejam, somos campeões em evasão escolar, pagamos os menores salários para os professores, temos os menores investimentos em Educação. Estes números acabam tendo uma consequência direta, por exemplo, na questão da criminalidade. Nós somos o quinto Estado brasileiro em termos de suicídio, principalmente entre os jovens. Somos o quinto também em acidentes de transporte, de modo geral e somos o sétimo da população jovem em termos de assassinato. Éramos o décimo oitavo em 1994, de lá para cá nós só estamos perdendo posições!

Isso é extremamente preocupante e nós acreditamos até que essa teoria conspiratória em que se segura o

Governador quando faz os seus discursos, elas não têm sustentação em relação aos números. Contra fatos não há argumentos, não podemos alardear aqui mentiras que, infelizmente, na máxima de Goebels, acabam se tornando realidade após repetidas vezes.

Mas, a bem da verdade, temos que trazer esses números também para deixar registrado.

Era esse o nosso pronunciamento, Sr. Presidente Hermas Brandão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos ScarPELLINI.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; nós vimos o comportamento do Sr. Governador do Estado do Paraná ao me processar, através de uma interpelação judicial. O Governador processa este Deputado, José Scarpellini, por ter denunciado a espionagem feita pelo Sr. RASERA.

Amanhã vou contestar o processo, dentro do prazo legal, mas quero dizer de antemão que este procedimento judicial praticado pelo Governador talvez vá ser a única maneira de se provar que o RASERA estava fazendo espionagem para o Governador e para o Palácio Iguazu.

A CPI que está se instalando, aqui, conforme uma reportagem publicada na Folha de São Paulo, da lavra da jornalista Mari Tortato, está colocando que dos sete Deputados, dois são da Oposição e cinco da Situação. A CPI terá um prazo exíguo de no máximo vinte dias, porque está encerrando o período legislativo, então não vai concluir em nada.

Eu, como Deputado Estadual, agora, processado pelo Governador Roberto Requião, me sinto muito feliz por isto, porque eu vou provar, vou indicar as provas materiais e testemunhais, que vão comprovar que realmente o Dêlcio RASERA estava trabalhando a serviço do Palácio Iguazu. Então, este processo que a princípio era para me prejudicar, vai me beneficiar, porque eu terei a oportunidade de provar que o que estou falando é verdade. Vou provar na justiça. Primeiro, tenho procedimento da PIC, que corre região metropolitana segredo de justiça, lá em Campo Largo, onde a Promotoria de Investigação Criminal, com ordem judicial, estava ouvindo os telefonemas do Sr. Dêlcio RASERA. E foi em uma destas ligações do Dêlcio RASERA que ele confirma para uma outra pessoa que ele estava trabalhando para o Governador Roberto Requião.

Ora, tem que ser uma coisa relativamente lógica isto de que ele estava trabalhando para o Governador Roberto Requião. Não é do nosso conhecimento, da Assembléia, não tem nenhuma lei autorizatória que tivesse alugado uma sala no Palácio Iguazu para o Dêlcio

Rasera trabalhar. Se ele trabalhava lá, ele estava trabalhando lá cedido pela Polícia Civil, porque ele é um policial, cedido pela Polícia Civil ao Governo do Paraná, ao Palácio Iguaçu. Se ele estava com uma sala lá, não era por comodato, porque pelo que sei esta Assembléia não referendou nenhum comodato cedendo sala no Palácio Iguaçu para o Dêlcio Rasera.

Fui tirar informações na Secretaria da Administração, que talvez tivesse sido alugada... Uso do Horário da Liderança, Senhor Presidente.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança do Bloco PP/PSB***

Então, vejamos lá: a que título o Dêlcio Rasera estava no Palácio Iguaçu? Comodatário? Não tem nenhum ato de referendo da Assembléia cedendo salas como comodatário. Sala alugada, pelo que sei o Palácio Iguaçu não aluga sala para ninguém. Então, também não era sala alugada. Ele não estava lá pagando aluguel. Ele estava lá como funcionário público lotado nas dependências do 3º andar da sede do Governo paranaense, mais conhecido como Palácio Iguaçu.

Ora, lá estavam as suas malas, as malas por onde ele fazia a espionagem. Tem mais um outro lugar que a Promotoria de Investigações Criminais, por ordem judicial, conseguiu apreender material usado nas escutas clandestinas, lá na imprensa oficial.

Na imprensa oficial, numa sala, também estavam alguns equipamentos usados para a prática de espionagem. Aí, quiseram dizer que aqueles equipamentos eram de responsabilidade de João Formiguere. Ninguém provou nada. A responsabilidade daquele equipamento lá era, na verdade, do Dêlcio Rasera, porque estava sob sua tutela, sob sua responsabilidade, lá num canto, escondido em uma sala da imprensa oficial. Pelo que sei, pelo que fui informado, a imprensa oficial também não locou nenhum pedaço do seu barracão, não fez comodato para que também lá estivessem os equipamentos, fazendo esta espionagem.

Então, nós vamos juntar trezentas e poucas gravações resumidas nuns vinte ou trinta CDs, vamos indicar a prova que está lá na justiça, em Campo Largo, num processo que corre em segredo de justiça e que envolve até assassinato de pessoas, para que possa se fazer, através desta montagem, a comprovação da prática de escutas pelo Governador, que incorrendo em crime com o Sr. Dêlcio Rasera e mais uma equipe laboriosa de grandes trabalhadores na espionagem, estavam no Paraná trabalhando as escutas telefônicas, para através daquilo obter vantagens em processos judiciais, vantagens políticas, vantagens administrativas. E pelo que se sabe o Dr. Botto de Lacerda, Procurador Geral do Estado do Paraná, meu desafeto por um pequeno problema tido aqui nesta Assembléia há algum tempo atrás, também se utilizava destes expedientes, para poder fazer caminhar seus procedimentos judiciais, através de chantagens.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Não vou lhe conceder o aparte hoje. V. Exa. não me concedeu aparte ontem e me deixou esperando.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Está perdoado. E me perdoe, porque não foi maldade.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Mas V. Exa., ontem, agiu como um pecador comigo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Me perdoe, mais uma vez, me perdoe pelo pecado, Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Agora empatamos. Se quiser, pra frente, nós conversamos, podemos conversar.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu hoje estou entrando com uma ação popular e neste momento já está protocolado na Justiça Federal. Há um ano e meio atrás fui lá na ponte do Rio Capivari e via a situação daquela ponte juntamente com o meu filho Tales e vim, aqui na Assembléia e fiz um expediente ao Ministro dos Transportes e ao Denit dizendo para que tomassem alguma providência, porque aquela ponte iria cair. Passou-se 19 dias e a ponte caiu. Eu tenho um documento que o Ministro dos Transportes me respondeu à época que as providências estavam sendo tomadas e certamente a ponte não iria cair. Inclusive repassei esses documentos para a família da vítima, do caminhoneiro que caiu e morreu lá na represa do Capivari Cachoeira quando a ponte caiu.

Este domingo pude comprovar cerca de aproximadamente vinte pontos que são intransitáveis no trecho que vai do Atuba até a ponte que caiu. Intransitáveis pelo seguinte, Sr. Presidente e Srs. Deputados: chove, alaga-se a rodovia, entra terra na rodovia, forma um barreira na rodovia. No entanto tudo isso ocorre porque a manutenção da rodovia BR-116 que é a rodovia que liga o Mercosul, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Buenos Aires, Assunção, Montevideu, que liga com o Chile essa rodovia que passa por aqui. Responsáveis ou irresponsáveis. Parei para limpar algum lugar com pedaço de pau. A grama cresce, tampa a canaleta, não corre a água, a água estanca e forma aquele mar de água em cima da rodovia, os carros aquaplanam e não conseguem transpor aquela quantidade de água tão elevada sem se movimentarem e sem flutuar e terminam batendo em acostamento, batendo em canaletas, batendo um carro no outro e milhares de vidas são desprezadas pelos administradores desta rodovia. Se ganham mal, procurem outro ofício, se não que-



rem ganhar no Governo procurem outro ofício, mas não fiquem usando aquele cargo, aquela função e sendo negligentes, porque a negligência de um engenheiro, a negligência com relação à manutenção. São pequenas coisas que precisam ser feitas.

No trevo do Atuba formou quase um metro de água, porque a grama entupiu a canaleta e a água não escorria, e foi estancando, estancando, e mais de 25 carros paralizaram a rodovia, porque não conseguiam ir para a frente e nem para trás. E chamam isso de conservação! Ou será que querem abandonar tudo para quanto pior melhor, para poder privatizar e justificar: “agora vamos privatizar e a rodovia vai ficar boa”. “Agora vamos privatizar para pôr o pedágio e a companhia de pedágio vai fazer a manutenção. Então, coisas pequenas e que depois se transformam em grandes. Mata-se uma família; morre-se 4,5 crianças atropeladas, porque estão em um lugar pensando que estão seguras e o carro vai desviar de uma poça d’água e passa por cima de uma família inteira; carros batendo, lotando os hospitais com os acidentados, vítimas dessas manutenções - entre aspas - fabricadas.

Então, entrei na Justiça Federal agora à tarde pedindo uma liminar e vou pedir de acordo com aquilo que a lei me faculta, a prisão também dos engenheiros responsáveis, porque é brincadeira o tratamento que eles dão aos humanos. Se fossem animais que transitassem por ali, eu acredito que talvez a preocupação fosse maior, mas como são seres humanos e o homem não está em extinção, então aí, não deve-se ter tanta preocupação porque o ser humano está se multiplicando demais, então, para que se preocupar com a vida dos humanos? Então Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós estamos indo com esse pedido na Justiça Federal hoje...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Seu tempo está esgotado, Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Só mais trinta segundos, para encerrar, porque estão faltando tão poucos minutos para que eu possa falar aqui na Assembléia, que eu quero usar só mais...

Então eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Obrigado pela compreensão, Deputado Scarpellini.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Eu queria ter pedido um aparte ao Deputado Scarpellini, mas estamos com alguns atritos em função de um erro que eu cometi ontem e eu mais uma vez lhe peço desculpas públicas. Sou um democrata e foi sem querer.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não cabe Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Jocelito, peço a vossa compreensão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu só queria perguntar ao Deputado Scarpellini se ele fará parte da CPI do Grampo e se ele é membro da CPI do Grampo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Jocelito Canto, nós vamos em seguida, fornecer a relação dos nomes.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, eu só queria solicitar que o Deputado Scarpellini e eu como membro dessa CPI, estou muito atento a essa CPI. Já estou trabalhando, até porque sou um especialista nesta área de investigador. Eu gostaria de solicitar a V. Exa., com a concordância do Deputado Scarpellini, cópia do seu pronunciamento, primeira etapa, quando ele se refere a esse caso dos grampos. Gostaria de solicitar já, adiantando os trabalhos da CPI, que o Deputado autorizasse as notas taquigráficas para que a gente começasse a analisar na CPI.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Ouvi o Deputado Jocelito falar que vai solicitar a cópia do meu pronunciamento. E vou encaminhar à CPI, apesar de saber que não vai dar em nada a CPI...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe Pela Ordem, Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Ele falou o meu nome. Como é que não cabe?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Ele pediu uma Questão de Ordem para que a Mesa providencie uma cópia do seu pronunciamento. É um direito que ele tem e ele pode oficializar à Mesa e a Mesa fará a solicitação da cópia das notas taquigráficas para que ele tenha o seu pronunciamento.

Gostaríamos de, falando em CPI do Grampo, convocar os senhores representantes do PT, Deputado Natálio Stica; do PSDB, Deputado Miltinho Pupio; do PMDB, Antonio Anibelli; do PFL, Elio Rusch; do PDT, Luiz Carlos Martins; do PP, Duflío Genari e PTB, Jocelito Canto, que essa Presidência irá instalar a CPI na segunda-feira, às 14 horas, na Sala da Presidência. Está feita a convocação para os senhores membros da CPI para a sua instalação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Presidente, Pela Ordem.

Logo quando o Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão anunciou a composição dos integrantes da CPI do Grampo, eu, imediatamente pedi a retirada do meu nome porque eu não participo de uma CPI “laranja”. Não posso aceitar isso de forma alguma. Eu pedi para substituir o meu nome, o que foi prontamente atendido

pelo Líder do PFL que inclusive, eu acho que vai retirar o seu nome porque nós não entendemos que é legal e o Poder Legislativo não pode brincar de CPI. Por isso eu pedi a retirada do meu nome no dia do anúncio da composição da CPI.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Elio Rusch, esta Presidência quer realmente pedir desculpas. Realmente está a indicação do Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Quero apenas agradecer à Presidência e ao meu Líder, Luiz Carlos Martins por não terem indicado o meu nome para compor essa CPI.

Obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto, dez minutos.

### ***Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria inicialmente conceder o aparte ao Deputado Scarpellini.

Queria conceder o aparte a V. Exa, porque, ontem, eu fui indelicado com V. Exa. Como V. Exa. é um homem que eu admiro nesse Parlamento, eu queria me redimir daquele momento, porque eu não ouvi, me perdoe. Queria colocar à sua disposição o tempo.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Então aparteando esse Deputado que está na tribuna, eu gostaria de dizer, que eu não sou um membro da CPI, mas vou oferecer à CPI alguns documentos que possam levar a CPI, pelo menos, ao chefe do espião. Porque não tem espião sem chefe.

V. Exa. disse que é treinado em espionagem, pode ser até investigado também.

Obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, depois de conceder esse aparte ao Deputado Scarpellini, até para mais uma vez demonstrar o meu gesto de democrata que sou.

Deputado Scarpellini, eu estava ouvindo o seu pronunciamento, ouvi ontem, na Rede Globo, o pronunciamento do Deputado Rossoni que falou na CPI. Hoje pela manhã acho que a Rede Globo também repetiu a matéria, em rede estadual, falando da CPI. Vi V. Exa. falando da CPI agora. Vi o Deputado Elio Rusch pedir para retirar o seu nome da CPI, porque é “laranja”.

Eu sorteado pelo Presidente Hermas Brandão, de acordo com o Regimento desta Casa, cabia uma vaga apenas ao PPS e ao PTB. O Presidente, muito democrata que é, houve um sorteio e, coube a mim, ser membro dessa CPI.

Eu, a partir do momento que fui escolhido por essa Casa que tem nome e sobrenome: é Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nós que fazemos parte desse Parlamento, não podemos pronunciar palavras de que essa Casa está formando uma CPI “laranja”. Até porque ela não foi formada. Não pode antes de começar, alguém já fazer falso juízo, ou alguém prever que será uma CPI “laranja”, vai terminar em pizza.

Para acompanhar tudo isso, Sr. Presidente, eu já estou solicitando à maioria dos Deputados, que gostaria de ser Relator dessa CPI. Já estou pedindo voto para os companheiros. É através de voto. Eu quero ser o Relator dessa CPI.

A partir do momento que a imprensa já começou a divulgar o nome dos participantes dessa CPI, já começaram a vir os primeiros documentos. Eu já estou recebendo alguns documentos da CPI do Grampo.

Ouvindo o Deputado Scarpellini que faz um prognóstico da questão dos grampos. Os grampos aqui são muito antigos, não são de agora, no Paraná. Daí o Deputado Scarpellini falava do policial Rasera.

Deputado Scarpellini, acho que o policial Rasera - com todo o respeito que tenho por ele, pouco o conheço, só de nome pela imprensa e por alguns conhecimentos - é um pobre coitado diante do que tem por trás dos grampos. Acho o Rasera: pequenininho. Acho que o Rasera foi usado até num momento político, porque era bom usá-lo naquele momento. Acho que quando foi pego, o Rasera, era nítida e clara a intenção de um processo eleitoral, porque estávamos num processo eleitoral e, por o Rasera estar no Palácio Iguazu havia o entendimento de que o Governo seria o autor das escutas, eu acabei de ver o Deputado afirmar isso, por isso já pedi cópia do seu pronunciamento que quero analisar com mais profundidade, porque agora nós temos que analisar documentos com documentos.

Mas já começo, pela experiência que eu tenho de investigação do rádio de todos os dias, de analisar notícias, de investigar notícias, já começo a entender, Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. que é um expert em investigação, que investigou tudo e que ficou chateado de não estar nessa CPI, seria uma satisfação tê-lo, como grande experiência que tem, mas acho que na sequência dessa CPI, que eu não acredito que vai ser “laranja” e não vão terminar em pizza, já vão aparecer alguns nomes que vai surpreender algumas pessoas desse Estado do Paraná, e não é o Governador do Paraná.

O Governador, os senhores podem acompanhar a sequência dos trabalhos da CPI, vão aparecer algumas coisas interessantes nessa CPI, muito interessantes, e o Governador que até durante o processo eleitoral foi o acusado, por conhecer o Rasera, por

estar com o Raserá, ou por o Raserá estar um dia com ele, naquele jeito simples do Requião de conversar com todo mundo, de brincar com todo mundo, de andar com todo mundo, o Governador pode ter estado com o Raserá, estava no Palácio à disposição de alguém, mas na seqüência vão aparecer algumas coisas surpreendentes nessa investigação.

Por isso eu queria fazer um pedido aqui, até aos companheiros da Oposição, porque está em jogo o nome dessa instituição que nós representamos aqui que é a nossa Casa, aqui é a Casa que nós vivemos todos os dias, por ela nós trabalhamos e somos eleitos pelo povo, queria pedir aos companheiros que não colocassem a carroça na frente dos bois e dissesse que essa CPI é uma CPI “laranja”. É muito cedo para qualquer avaliação, é muito cedo para qualquer prognóstico. Então, eu queria fazer esse pedido até em respeito aos companheiros que estão entrando nessa CPI, aqueles que vão investigar.

Em uma CPI tudo pode acontecer, ela pode não dar nada, mas pode dar tudo, é um processo de investigação, uma peça de investigação que cabe a nós, Parlamentares, investigarmos o que está acontecendo.

Por isso acho que o caso Raserá, Deputado Scarpellini, com todo o respeito que eu tenho por V. Exa. que V. Exa. tem dito que tem fitas, inclusive V. Exa. disse aqui nessa casa que tem várias fitas, mas eu pediria ao senhor, com toda certeza, um pouco de cautela, se não for pedir demais, porque vão começar a aparecer algumas coisas diferentes, e a gente quando começa a receber as informações começa a se surpreender, e não será surpresa para alguns se alguma coisa acontecer diferente nessa CPI. Por isso eu estarei nessa CPI para investigar a CPI, ninguém é juiz, apenas levanta os acontecimentos e vai ao Ministério Público. É esse o papel dessa CPI, e eu estarei presente nesta CPI, e se assim os demais companheiros entenderem eu gostaria de ser o Relator, porque já estou trabalhando nesse caso das escutas há dez anos, porque também já sofri processo de escutas várias vezes, várias vezes fui escutado por terceiros, saindo do direito da lei de cada um ter o seu direito reservado, e também, já que a CPI é de doze anos para trás, e essas escutas aconteceram há dez anos atrás, eu também gostaria de buscar o fio da meada nessa questão que envolve as escutas aqui no Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado José Domingos Scarpellini.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Nobre Deputado, a relação de amizade do Dêlcio Raserá com o Governador Roberto Requião é uma coisa inquestionável. Eu conheço o Governador há mais de 25 anos, trinta anos propriamente, e conheço o Dêlcio Raserá já convivendo com o Governador Roberto Requião há aproximadamente quinze anos. Então uma coisa que não tem o que se discutir. A questão por exemplo, dos três processos que o Raserá respondia adminis-

trativamente na Corregedoria da Polícia Civil, que recomendava a sua exclusão, e esses processos foram avocados pelo Governador Roberto Requião que, como Chefe de Estado, deu um Parecer anistiando o Dêlcio Raserá e pedindo o arquivamento desses procedimentos administrativos que condenavam o Sr. Dêlcio Raserá de maneira administrativa e o punia com a exclusão da Polícia Civil. Então, a amizade e o relacionamento do Governador com o Dêlcio Raserá não é uma coisa supérflua, como V. Exa. está dizendo.

Quero dizer, também, que V. Exa. disse que foi a prisão de cunho eleitoral e isso não tem nada a ver. A prisão do Sr. Dêlcio Raserá se deu em função de uma determinação judicial, partida do Juiz de Direito da Comarca de Campo Largo que investiga um procedimento que envolve um assassinato lá naquela cidade. Algumas coisas poderão ser esclarecidas aqui e nós teremos grandes surpresas. V. Exa. tome cuidado para não ter essa surpresa.

Quem fez a investigação criminal, por ordem judicial, foi a PIC. Fizeram as escutas e nessas escutas, que está no processo que corre em segredo de justiça...

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Seu tempo já se acabou, Deputado Jocelito.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Me desculparia com o Deputado Scarpellini porque meu tempo acabou.

Ouvi experientes Deputados, com mais mandatos que eu, dizendo que esta CPI vai terminar em pizza e que vai ser de laranjas. Não! Acho que não! Ela nem começou ainda. Por isso, é importante esperar a evolução da CPI. Não se decidir algo que ainda nem começou. Não fazer esse comentário antes da hora imprópria, porque tem muita coisa para investigar. Tem muita coisa para investigar, inclusive a própria PIC haverá de também ser investigada.

Muito obrigado, Srs. Deputados! Muito obrigado, Sr. Presidente!

#### **O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)**

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores Marquinhos e Toninho, de Paçandu.

Muito obrigado pela presença nesta Casa.

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Está Casa dá as boas-vindas e registra a presença dos nobres Vereadores.

Consulto à Liderança do PPS, PDT, PFL, PT, PSDB, PMDB.

**(Todos Declinam)**

Consulto à Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

**(Declinam)**

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. EDSON SATRAPASSON (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente

(**Assentimento**)

Como Presidente da Comissão de Orçamento, gostaria de comunicar aos Srs. Deputados, presentes em seus gabinetes, que sexta-feira, dia 24, será o último prazo, não mais porrogável, para que, por meio da Comissão de Orçamento, o Deputado Marcos Isfer possa receber as Emendas dos Srs. Deputados ao orçamento 2007 do Governo do Estado.

Deixamos, mais uma vez, esse comunicado importante de que sexta-feira será o último prazo para o recebimento das Emendas de parte da Comissão de Orçamento.

Era isso, Sr. Presidente.

## ***Leitura do Expediente***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita da aprovação. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2536, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 23 de novembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, autorizando o Poder Executivo a instituir o Teste Vocacional na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a Emenda, ressalvado o Projeto. **Aprovada.**

Está em votação o projeto. **Aprovado.**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que institui o Dia Estadual do Clube Atlético Paranaense, a ser comemorado anualmente na data de 26 de março. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 276/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que acrescenta na Lei nº 14.528 de 10.11.04, instituidora do Dia do Doador de Sangue, o artigo 4º, com alteração do artigo 3º cujo texto atual passa a fazer parte do novo artigo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 488/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Jesuítas do imóvel situado na área urbana do referido município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/06, autorizando o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do município de Arapongas, de imóveis situados no mesmo município, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóvel urbano à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guairacá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que proíbe o uso de equipamentos sonoros em atos de protesto nas portas de hospitais e das escolas no âmbito do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/06, de 27/03/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 138/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como escopo proibir o uso de equipamentos sonoros em atos de protesto nas portas dos hospitais e das escolas no âmbito do Estado.

**Fundamentação**

Em relação à matéria em análise, dispõe a Constituição Federal:

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

Na mesma esteira dispõe a Constituição Estadual:

*Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso).*

A saúde e a educação são direitos constitucionais, é dever do Estado sua promoção integral para todos os cidadãos. Da mesma maneira a liberdade de expressão é assegurada pela Carta Magna. Porém, o que não se pode admitir é que um direito invada a esfera de outro. As manifestações que utilizam equipamentos sonoros devem respeitar os locais onde haja escolas e hospitais, para não prejudicar o andamento dos trabalhos nesses locais.

O artigo 9º da Constituição Federal regulamenta o direito de greve e prevê sanções no caso de abuso desse direito:

*Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.*

*§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.*

*§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.*

O presente projeto visa regular a utilização de equipamentos sonoros que compreendem um abuso ao direito de greve quando invadem a esfera de direitos dos profissionais e dos usuários dos serviços de saúde e das escolas. A poluição sonora consiste em uma perturbação do silêncio, essencial para o atendimento e a recuperação de pacientes internados em hospitais, como também é essencial ao aprendizado das crianças e adolescentes pois precisam de concentração para absorver os ensinamentos que estão sendo passados.

**Legitimidade**

Em relação a legitimidade para a propositura de Projetos de Lei, dispõe a Constituição Estadual:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da*

*Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

**Conclusão**

Ante todo o exposto, verifica-se que o referido projeto de lei encontra correta aplicação da técnica legislativa, não havendo óbice para regular seguimento.

Em sede de parecer, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 138/06.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 138/06

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Ailton Araújo, o presente projeto visa proibir o uso de equipamentos sonoros em atos de protesto nas portas dos hospitais e das escolas no âmbito do Estado.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça a qual recebeu parecer favorável.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conclui que muitas manifestações como greves, passeatas e protestos são legitimados pela livre expressão dos participantes, porém, não podem se firmar pela violação, pela arrogância e pelo desrespeito ao direito de silêncio em determinados locais.

Vale salientar que o ruído é um problema de saúde pública que deve ser reparado o quanto antes, sob pena de causar sérios prejuízos fisiológicos e psicológicos.

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 138/06.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Itapejara d'Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024, de 03/04/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 156/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei em tela tem como escopo a autorização para que o Poder Executivo crie no município de Itapejara d'Oeste uma Ciretran.

**Constitucionalidade e Legalidade**

Em relação a constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.

**Conclusão**

Portanto, nosso parecer é favorável ao projeto de lei ora apresentado.

Sala das Comissões, em 08.05.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 156/06**

**P A R E C E R :**

De autoria do Deputado Nereu Moura o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) no município de Itapejara d'Oeste.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça a qual recebeu parecer favorável.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conclui que o projeto de lei se justifica em atenção aos apelos da população de três municípios, que atualmente contam com uma população fixa estimada em mais de 20 mil habitantes.

A criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito na região, vem facilitar o acesso, tornando mais ágil e eficiente o atendimento aos usuários.

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 156/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a realização do exame de diagnóstico de retinoblastoma em todas as crianças nascidas nos estabelecimentos que especifica, através da técnica conhecida como exame de fundo de olho e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/06, de 15/05/06, em Projetos de Lei).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 246/06**

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto de lei em tela tem como escopo obrigar as maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná a realizarem, gratuitamente, o exame de diagnóstico de retinoblastoma em todas as crianças nascidas em suas dependências, através da técnica conhecida como exame de fundo de olho.

**Constitucionalidade e Legalidade**

Quanto à iniciativa legislativa acerca dessa matéria, esta é concorrente, segundo dispõe a Constituição Estadual do Paraná:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;*

Em relação às atribuições da SESA, é o que dispõe a lei que a institui:

*Art. 1º A Secretaria de Estado da Saúde - SESA, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, responsável pela formulação da política estadual de saúde, em concordância com a política nacional e os planos de desenvolvimento econômico e social do Estado, bem como pela programação, orientação normativa, condução, coordenação, execução e controle de seu cumprimento por parte das instituições públicas e privadas.*

*Art. 2º O campo de atuação da Secretaria abrange atividades relacionadas com as funções de melhoria e proteção do padrão de saúde da população, o oferecimento de serviços de saúde na área ambulatorial, hospitalar, de auxílio diagnóstico e terapêutico e a defesa sanitária da população, inclusive contra calamidades (grifos nossos)*

Fica claro que trata-se de matéria de ordem pública, ou melhor, saúde pública, o que implica traduzir na soberania do Legislador em defender os interesses coletivos.

Ainda, com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, não há aumento de despesas, visto que a realização do presente se processará nas estruturas do local de nascimento, com profissionais que já encontram-se à disposição, o que significa dizer que não existe o desenvolvimento de novas despesas.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes da Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, como membro dessa comissão, fundamentado nas questões de saúde pública, nosso voto é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 246/06

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca, tem por objetivo dispor sobre a realização do exame de diagnóstico de retinoblastoma em todas as crianças nascidas nos estabelecimentos que especifica, através da técnica conhecida como exame de fundo de olho e dá outras providências.

Tal propositura mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Saúde, chamada a opinar verificou que tal propositura faz-se necessária nos recém-nascidos, na medida em que quando o diagnóstico é feito precocemente a criança pode ser curada, muitas vezes com a preservação da visão.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

**ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 309/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 240 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/06, de 31/05/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 309/06

P A R E C E R :

**Dos Fatos**

O Projeto de Lei nº 309/06, de autoria da ilustre Deputada Cida Borghetti, objetiva, em síntese, permitir ao servidor público civil do Poder Executivo do Estado do Paraná, depois de estável, que ao término do gozo de licença sem vencimento, para o trato de interesses particulares por dois anos, possa o mesmo, após seis meses de exercício no cargo, obter nova licença.

O Estatuto do Servidor Público Civil do Paraná, Lei nº 6.174, em seu artigo 240 faculta aos servidores públicos a possibilidade de licença, sem vencimento, para o trato de interesses particulares, por tempo não

superior a dois anos, entretanto, para a obtenção de nova licença, exige-se o transcurso de dois anos após o término da anterior, (parágrafo 2º, do artigo 240).

Justifica a iniciativa aduzindo que, muitos servidores estaduais utilizam da referida licença para fazer cursos de especialização, mestrados ou doutorados e que, não raro, são impedidos de finalizar esses estudos em função do término da licença e, também, do longo prazo (dois anos) para obtenção de nova licença.

Entendo, salvo melhor juízo, que a iniciativa, como posta, conflita com a regra do artigo 251 do mesmo Estatuto, já que este dispositivo o trata, exatamente, de licença para frequência a curso de aperfeiçoamento ou especialização.

Melhor caminho, ao meu ver, seria o de possibilitar a prorrogação do prazo da licença por idêntico período, seguindo o exemplo do tratamento dado ao funcionalismo federal que, originalmente, tinha direito a uma licença para trato de interesses particulares pelo prazo de dois anos. Posteriormente (vide Lei nº 9527 de 10.12.97 e MP 2225-45 de 04.09.01), o prazo foi ampliado para três anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Assim, proponho um substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 309/06, que estará, na verdade, apenas possibilitando a prorrogação da licença sem vencimento por uma única vez, e já que se trata de licença sem vencimento, nenhum ônus haverá para os cofres públicos estaduais, apenas possibilitará ao servidor público um maior tempo para tratar de seus interesses particulares.

**Da Constitucionalidade**

O projeto de lei em exame, trata de modificação de lei existente, portanto, não há que se falar em vício de iniciativa, além de estar obrigado pelo disposto no artigo 53 da Constituição Estadual, que dispõe:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, ... dispor sobre as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*I - ....*

*II - ....*

*IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico....*

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 309/06

Art. 1º Fica o parágrafo 2º do artigo 240 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, com a seguinte redação:

Art. 240 ...

§ 2º A licença não perdurará por tempo superior a dois anos contínuos, prorrogável pelo mesmo prazo por uma única vez e, só poderá ser concedida nova, depois de decorridos dois anos do término da anterior.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 309/06

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

*À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado, matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8.358, de 05 de novembro de 1986.*

A proposição sob análise modifica o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná no tocante à denominada Licença para o Trato de Interesses Particulares, conhecida na Administração Pública como licença sem vencimentos.

A mencionada licença corresponde à suspensão do contrato de trabalho na iniciativa privada, quando o empregado fica desobrigado de prestar seus serviços e o empregador de pagar as vantagens.

O tempo da licença sem vencimentos somente é contado para fins previdenciários se o servidor contribuir com a Paranaprevidência, na forma do artigo 87 da Lei nº 12.398/98:

*Art. 87. No caso de inexistência ou suspensão de remuneração, e para assegurar os seus direitos e os de seus dependentes, caberá ao segurado a obrigação de recolhimento, diretamente à Paranaprevidência, das contribuições previstas nos artigos 78 e 79, considerados os vencimentos do cargo do segurado e verbas pessoais.*

Em síntese, a proposição, na forma do substitutivo geral, visa possibilitar ao servidor que prorogue por mais dois anos a licença, quando terminado o primeiro período.

Releva destacar que a concessão da licença sem vencimentos está condicionada à conveniência para Administração Pública, conforme prevê o artigo 241 do mesmo estatuto dos servidores públicos estaduais do Paraná.

A motivação e os fundamentos do projeto de lei sob análise foram suficientemente expostos pela autora, em sua justificativa, e pelo relator da CCJ.

Por fim, a concessão da licença por dois ou quatro anos, em nada afeta as finanças do Estado, pois o servidor

estará sem vencimentos e demais vantagens. Da mesma forma, se quiser continuar com seus direitos previdenciários deverá contribuir diretamente à Paranaprevidência.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, na forma do substitutivo geral, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, doar imóvel ao município de Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/06, de 19/06/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 335/06

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação de imóvel ao município de Maringá, com cláusula de destinação que especifica.

### Constitucionalidade e Legalidade

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembleia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Tendo em vista que estão preenchidos todos os requisitos dispostos na Constituição Estadual inclusive o requisito da destinação específica, e tendo em vista que o destinatário da doação é pessoa jurídica de direito interno, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão encontra esta de acordo com

foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98.



Desta forma, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 335/06

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 335/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, doar imóvel ao município de Maringá.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta visa abertura de via pública de acesso à Creche Municipal Cecily Barros.

Sendo assim esta Comissão, emite seu parecer favorável à Proposição nº 335/06.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/06, que altera dispositivos da Lei nº 14.231 de 27.11.03 - lei de definição de critérios para escolha de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação, mediante consulta à comunidade escolar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/06, de 07.08.06, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 391/06

#### P A R E C E R :

##### Constitucionalidade e legalidade

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Ainda, a iniciativa de leis que versem acerca da matéria em tela é privativa do Governador do Estado, de acordo com o que dispõe a mesma Carta Estadual:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; (...)*

A Constituição da República dispõe dizendo:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Nesse contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, lei de responsabilidade fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
PROJETO DE LEI Nº 391/06

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 53/06, visa alterar dispositivos da Lei nº 14.231 de 27/11/03 - lei de definição de critérios para escolha de diretores e diretores auxiliares da rede estadual de educação, mediante consulta à comunidade escolar.

A matéria tratada recebeu parecer favorável do relator Deputado Elton Welter na douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada esta Comissão a se manifestar em relação ao mérito da matéria, consideramos que além de alterações para adequação a Lei Complementar nº 103/04, o Projeto de Lei altera de 02 (dois) para 03 (três) anos o mandato de Diretores e Diretores Auxiliares, o que na prática, poderão desenvolver a contento o Plano de Ação traçado para o mandato.

Isto posto, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 391/06.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/06, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, que altera o inciso XI, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (IPVA). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/06, de 13.11.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 525/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto tem o escopo de isentar do pagamento de IPVA, as motocicletas com até 125 cilindradas, independentemente da idade do veículo, corrigindo uma falha de discriminação que havia na lei anteriormente.

**Constitucionalidade e legalidade**

Em relação à constitucionalidade do projeto de lei em tela, no que toca à iniciativa legislativa, não há óbice algum para sua propositura, de acordo com o que determina a Constituição Estadual do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

A Constituição da República dispõe dizendo:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Nesse contexto, o presente projeto apresenta-se adequado para prosperar, não encontrando óbice algum.

Diante do exposto, o projeto coadunou-se com a técnica legislativa, lei de responsabilidade fiscal e demais.

É diante da constitucionalidade do presente projeto que o parecer é pela aprovação

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 525/06

P A R E C E R :

**Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, que objetiva alterar o inciso XI, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (IPVA).

**Fundamentação**

Esta Comissão instigada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura objetiva isentar do pagamento de IPVA as motocicletas, cujos motores não excedam a 125 cilindradas.

**Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao duto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Não estou vendo aqui o Deputado Scarpellini, mas conversei com ele porque tenho uma dúvida com relação a este projeto. O mérito é muito bom, mas ele está alterando o inciso XI do artigo 14 da Lei nº 14260 e a lei que tenho, ela não tem este inciso. Acaba no inciso X que foi vetado na lei. Então, o Deputado Scarpellini me disse que a lei que ele tem, consta inciso XI.

Vou votar com o Deputado Scarpellini porque é uma lei importante, mas fica para depois corrigirmos porque senão vai criar um problema futuro para uma lei que considero extremamente importante.

Queria fazer esta ressalva e já conversei com o Deputado como é o meu comportamento nesta Casa.

É uma questão de artigo, na verdade está havendo apenas uma alteração de um artigo que não está na lei. O próprio Deputado, amanhã ou na próxima votação, com mais calma vai verificar a lei e fazer a alteração.

Se a lei for votada assim, tenho a preocupação que lá na frente ela possa ser vetada e um tema tão importante quanto este ser prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Para encaminhar, Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Elza: realmente está gerando uma dúvida porque na lei que peguei juntamente com a assessoria para que pudéssemos elaborar este projeto que foi subscrito por mim e pelo Deputado Hermas Brandão, naquela lei, lembro-me bem que ainda discutimos sobre a questão que dava isenção nas motos até 125 cilindradas. Depois do décimo ano de uso não se pagaria mais IPVA. E estamos propondo a alteração deste artigo para que as motos até 125 cilindradas novas, no primeiro ano de uso e no segundo já fiquem isentas de IPVA.

Quero, aqui, justificar nesse encaminhamento, Srs. Deputados, porque estamos vivendo um momento muito importante da vida nacional, onde as pequenas empresas estão sendo isentas de impostos, de burocracia, de certos entraves que viviam a complicar a vida de pequenos

empresários. As motos até 125 cilindradas que estamos pedindo a isenção de impostos, neste projeto de lei, nada mais são do que uma pequena empresa ambulante. Porque a maioria desses motoboys, entregadores, trabalhadores que vivem em cima dessas motocicletas estão em uma prestação de serviço contínua, como se uma microempresa fosse. Eles são uma microempresa, Deputado Elza? Não. Eles são uma microempresa que não tem CNPJ, tem CPF na verdade. Uma microempresa de homens e mulheres que trabalham como motoqueiros no Paraná, no Brasil e que essa isenção de IPVA será um pequeno incentivo, para esses milhares de trabalhadores brasileiros. Mas aqueles que vivem aqui, no Paraná, porque se fizemos essa lei, aqui, vai servir depois de exemplo para o Brasil, inclusive, para que se possa repetir isso em outros Estados e isentar esses trabalhadores que já vivem em um trabalho escravo e forçado de muitas vezes quinze, dezesseis horas por dia, Deputado Strapasson.

Então, esta lei é muito importante, porque vai beneficiar exatamente os pequenos trabalhadores autônomos, que são aqueles que desafogam muitas vezes o trânsito na cidade. Imaginem se tivéssemos ao invés dos motoqueiros, uma outra quantidade de carros circulando no lugar das motos: o trânsito estaria muito mais congestionado do que está.

Com relação a essa colocação do artigo, amanhã traremos ou um novo texto ou a lei que tem esse artigo, porque usamo-la para fazer esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Vou, agora, pesquisar e na segunda-feira me comprometo, juntamente com o Deputado Hermas Brandão, que é o autor que subscreveu comigo este projeto, de trazermos com as correções devidas para que Assembleia não incorra em nenhum erro, que possa prejudicar a feitura deste projeto e a sua sanção.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está em votação o Projeto.

**Aprovado.**

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 760/05, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão, que institui o desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aos contribuintes que não tenham cometido infrações de trânsito e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 136/05, de 05.12.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 760/05

P A R E C E R :

#### Do projeto de lei

O Projeto de Lei nº 760/05, de autoria dos Deputados José Domingos Scarpellini e Hermas Brandão tem

como objetivo conceder desconto aos proprietários de veículos automotores que não tenham cometido infração de trânsito durante determinado período.

#### Constitucionalidade e legalidade

Na órbita das competências, a Constituição Federal determina:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

(...)

Nesse sentido, exprime a Constituição Estadual do Paraná:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

(...)

*III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;*

(...)

Sendo o IPVA de competência legislativa Estadual, resta clara a competência do Estado para legislar acerca desta matéria. Além disso, é legítima a iniciativa dos membros dessa Casa legiferante para iniciar o processo legislativo concernente à matéria em tela, pois não infringe a Constituição Estadual no que diz respeito às matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 95/98, pois apesar de legislar acerca de IPVA, não tem finalidade de revogar disposição alguma da Lei 14.260, de 22 de dezembro de 2003.

#### Do voto

Da análise da proposta legislativa, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.04.06.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente em exercício

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 760/05

P A R E C E R :

#### Relatório

O presente plano de lei é de autoria dos Deputados Hermas Brandão e José Domingos Scarpellini, que institui o desconto no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, aos contribuintes que não tenham cometido infrações de trânsito e dá outras providências.

#### Fundamentação

Sobre a matéria podemos constar à existência de pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, e tendo em vista o que nos mostra a fundamentação do autor, quando esclarece que a proposta em tela tem como objetivo estimular a observância e a obediência integral às leis de trânsito, bem como incentiva a adimplência ao pagamento do IPVA. E, ainda, o Código de Trânsito Brasileiro estabelece pesadas multas por infração às suas regras. De igual modo, como há a punição aos transgressores, deveos contemplar aqueles que respeitam as normas de trânsito.

#### Conclusão

Pelo acima exposto, nada encontramos que possa obstaculizar a normal tramitação do referido projeto, pelos demais órgãos desta Casa de Leis e sendo assim, somo favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 760/05, encaminhando o mesmo à decisão finalística do Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2525, de autoria da Deputada Cida Borghetti, com apoio do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2527, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2528 e 2529, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2530 a 2535 e 2538, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2537, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2539, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Somente para agradecer ao nosso Presidente Hermas Brandão e a sua assessoria da Mesa, que na segunda-feira vamos votar o projeto que disciplina os gastos de publicidade no Estado do Paraná, aquele projeto de minha autoria que toda peça publicitária a ser veiculada na imprensa do Estado do Paraná ou no Brasil terá que necessariamente ter o custo de cada peça publicitária que for ao ar. Se em uma rádio sair uma inserção de trinta segundos, terá que ter um segundo para dizer: esse comercial custou R\$ 5,00, R\$ 10,00 ou R\$ 100,00. O mesmo na televisão e o mesmo no jornal. Esse é um projeto de transparência da publicidade no Estado do Paraná, um dos primeiros no País.

### Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 055, 062, 063, 070, 071, 075, 078 e 081/06.

Levanta-se a Sessão



## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 131**

### **108ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....21**

**Presenças.....21**

**Abertura da Sessão .....21**

#### **Expediente:**

Requerimentos ..... 21

Projetos de Lei ..... 21

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 22

Discussão/Votação

Discussão Única (Proposições) . 22

**Encerramento da Sessão ..... 32**

### **DIÁRIO Nº 131**

### **108ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 108ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2006**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Marcos Isfer e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

Às quinze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, André Vargas, Dobrandino da Silva,

Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Waldir Leite (15).

Em licença médica os Srs. Deputados: Caíto Quintana e Luiz Fernandes da Silva Litro (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária antecipada do dia 23 de novembro, quinta-feira, conforme requerimento aprovado de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### **Expediente:**

#### **Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 078/06, item 07, por 3 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) ELIO RUSCH

## REQUERIMENTO Nº 2540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 01 a 08 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**Projeto de Lei**

PROJETO DE LEI Nº 545/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º A remuneração mensal do Governador do Estado, a partir de 1º de janeiro de 2007, será igual ao subsídio mensal, percebido em espécie a qualquer título, pelo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º A remuneração mensal do Vice-Governador do Estado, a partir de 1º de janeiro de 2007, fica fixada em 95% (noventa e cinco por cento) da remuneração do Governador do Estado.

Art. 3º A remuneração dos membros da Assembléia Legislativa, a partir de 01 de fevereiro de 2007, fica fixada em 75% (setenta e cinco por cento) do que perceberem, em espécie, os Deputados Federais.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já está distribuída aos Srs. Parlamentares a Ordem do Dia e estamos passando a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Apenas para noticiar que amanhã é o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e em comemoração a esta data a APACN, que é a entidade aqui no Estado do Paraná que faz um trabalho junto ao Hospital de Clínicas para as crianças portadoras de câncer, estará realizando no Salão Azul, às 20h30min, um jantar beneficente no Clube Curitibano.

Os Deputados e os seus familiares que desejarem, os convites estarão à venda também na portaria do Clube Curitibano. Custa R\$ 60,00 o jantar e os recursos provenientes desse jantar são para ajudar essas crianças e as suas famílias no Estado do Paraná, que precisam do apoio

da sociedade, em função dessa moléstia gravíssima que é ocorrida para todas essas crianças.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na Presidência desta Casa também, nobre Deputado, temos convites disponíveis para venda.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado!

**Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia com a presença de número legal.

**Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, projeto de lei, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2540, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 a 08 da Ordem do Dia. **Prejudicado.**

**Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**Discussão Única (Proposições)****ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 055/06, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 603/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui a Política Estadual do Livro. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 140/06.

Curitiba, 31 de maio de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 120/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 603/05, por julgar a parte vetada inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a Política Estadual do Livro, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o artigo

7º, seus parágrafos e incisos, sobre o artigo 8º e sobre o artigo 12, pelas razões adiante expostas.

Os vetos parciais apostos aos dispositivos acima referidos, decorrem da inconstitucionalidade dos mesmos. Os artigos 7º e 8º, porque alteram a base de imposto, cujo objeto de instituição e cobrança compete à Legislação Federal, combinado com o artigo 146, III, “a”, da Carta Magna Federal e o artigo 12 vetado porque fere a autonomia dos municípios (artigo 18 - CF).

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 603/05, encontra-se publicado no DA nº 041/06, de 03/05/06, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 055/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 603/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo instituir a política estadual do livro.

**Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos).*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes de iniciarmos a votação do item 01, quero esclarecer aos Srs. Parlamentares que com a votação aberta não se pode alterar o voto depois da votação. Ontem foi autorizado. Mas é bom deixarmos estabelecido que depois de votado não se pode, é mesma coisa quando você vota secreto, você erra o voto, já está votado, na urna eletrônica também, praticamente.

Então, não se pode mudar o voto depois de votado.

Os Srs. Deputados que quiserem manter o veto, votam SIM. Os que forem pela derrubada do veto, votam NÃO.

O item 1º é um veto apostado ao projeto de lei do Deputado Rafael Greca, que institui a política estadual do livro.

Solicito ao Sr. 1º Secretário - Deputado Marcos Isfer - que proceda à chamada dos Srs. Parlamentares.

**O SR. VANDERLEI IENSEN (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar para que a Base Governista esteja votando para manter todos os vetos que serão votados hoje.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)**

**(Inicia à chamada nominal dos Srs. Parlamentares)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Dezessete Srs. Deputados votaram NÃO.

Quinze Srs. Deputados votaram SIM.

**Está rejeitado o projeto, mantido o veto.**

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Justificativa de Voto)**

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar esclarecido à Casa o seguinte: o meu procedimento quando eu votar SIM a um projeto, isso quer dizer que eu estou mais que convencida da importância do projeto. Para manter a minha coerência é claro que eu tenho que votar. NÃO se o projeto vier vetado do Governador.

Então, neste caso, acho importante deixar, respeitando evidentemente todos os companheiros, consignado que esse será o meu procedimento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nobre Deputada nós não estamos votando o projeto, estamos votando o veto.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Mas eu estou esclarecendo que eu votei favoravelmente ao projeto. Se eu fui convencida a votar favoravelmente ao projeto, como posso ser a favor do veto? É uma questão de coerência.

**ITEM 02**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Proposição nº 062/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 123/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a doação de imóveis ao município de Floresta, comarca de Maringá. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 164/06

Curitiba, 22 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 161/06, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 123/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja doação é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 123/06, encontra-se publicado no DA nº 017/06, de 21/03/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 062/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente Veto Governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa da Deputada Cida Borghetti, que autoriza o Executivo Estadual a doar 03 (três) lotes urbanos do Estado e localizados na cidade de Floresta-PR, mediante cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição contrária aos interesses públicos, uma vez que os imóveis poderão no futuro ser utilizados por órgãos da própria Administração Estadual.

**Voto do Relator e sua Fundamentação**

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional.

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se o fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência o não ao apreciar o veto. Já se as

razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 12 de junho de 2006, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa no dia 23 de junho de 2006. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem de mérito, ou seja, por julgar a proposição contrária ao interesse público de âmbito maior, pois o Chefe do Executivo Estadual informa que os imóveis objeto desta proposta de doação podem ser utilizados pela própria administração estadual.

**Conclusão**

Destarte, somos de parecer favorável no sentido do regular processamento do presente Veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa da mesma diretamente para apreciação no plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Chamada dos Srs. Deputados para votação. O processo é o mesmo: os que forem favoráveis à manutenção do veto, SIM; pela derrubada do veto, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

**(Procede à chamada nominal para votação dos Srs. Deputados)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quatorze votos SIM.

Dezoito NÃO.

**Está mantido o veto.**

**ITEM 03**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 063/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 179/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que atravessa os municípios de Corbélia e Cascavel, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 165/06

Curitiba, 22 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a hora de acusar o recebimento do Ofício nº 160/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de



V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto e Lei nº 179/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e que, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 179/06, encontra-se publicado no DA nº 028/06, de 10.04.06, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO - VETO Nº 063/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 179/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que atravessa os municípios de Corbélia e Cascavel, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Marcos Isfer)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Treze votos SIM.

Dezessete votos NÃO.

**Está mantido o veto.**

**Rejeitado o projeto.**

#### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 070/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 265/06, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao muni-

cípio de Irati. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 221/06

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 224/06, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto e Lei nº 265/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja cessão é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 265/06, encontra-se publicado no DA nº 050/06, de 17.05.06, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 070/06

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 009/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso de imóvel que especifica.

#### Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Quatorze votos SIM.

Dezessete votos NÃO.

**Está mantido o veto e rejeitado o projeto.**

**ITEM 05**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 207/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar, imóvel que especifica, ao município de Tibagi/PR. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 222/06

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 223/06, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto e Lei nº 207/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja cessão é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 207/06, encontra-se publicado no DA nº 036/06, de 25.04.06, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO GOVERNAMENTAL Nº 071/06

P A R E C E R :

**Relatório**

O presente Veto Governamental é em relação à proposição aprovada neste Legislativo, de iniciativa do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Executivo Estadual a doar um lote urbano do Estado e localizado na cidade de Tibagi/PR, mediante cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

A justificativa do veto, segundo o Chefe do Executivo Estadual, é por julgar a proposição contrária aos interesses públicos, uma vez que os imóveis poderão no futuro ser utilizados por órgãos da própria Administração Estadual.

**Voto do relator e sua fundamentação**

A função desta Comissão de Constituição e Justiça na apreciação dos vetos governamentais, no nosso entendimento, se desdobra em duas funções: a primeira de ordem formal e conclusiva, quando se observar se o veto observou as exigências legais, como a legitimidade da autoridade que apresentou o veto e, acima de tudo, se apresentado no prazo constitucional

A segunda função, embora não haver expressa disposição regimental e quem o entende desnecessária, é de

ordem opinativa, servindo como base para a apreciação do veto em plenária, quando se fundamenta por razões de inconstitucionalidade ou juridicidade da proposição. Já se o fundamento do veto é por razões de interesse público, estamos discutindo uma questão de mérito. Logo, o parecer opinativo, neste caso, na mesma lógica, deveria ser da Comissão Permanente de Mérito competente. Porém, como não há esta previsão regimental, talvez até com acerto, pois o próprio Plenário fará a análise direta da conveniência ou não ao apreciar o veto. Já se as razões são de ordem formal, continuamos a entender que convém esta Comissão manifestar-se sobre os fundamentos da inconstitucionalidade ou antijuridicidade invocada, ainda que em forma de mero parecer opinativo, vez que não pode ter função terminativa.

Quanto ao exame das formalidades, o autógrafo do presente projeto de lei foi encaminhado e recebido pelo Executivo Estadual no dia 05 de julho de 2006, ao passo que o veto, assinado pelo Governador do Estado, foi encaminhado e recebido nesta Casa No dia 26 de julho de 2006. Logo, considerando o calendário de dias úteis deste período, o veto foi apresentado dentro do prazo estabelecido no parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual.

Quanto às razões do veto, que são de ordem de mérito, ou seja, por julgar a proposição contrária ao interesse público de âmbito maior, pois o Chefe do Executivo Estadual informa que o imóvel objeto desta proposta de doação pode ser utilizado pela própria administração estadual.

**Conclusão**

Destarte, somos de parecer favorável no sentido de regular processamento do presente veto, vez que apresentado na forma legal, e quanto às razões do veto, opinamos pela remessa da mesma diretamente para apreciação no plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Quero entender o seguinte: o nosso querido Secretário Marcos Isfer está chamando as pessoas e antes que elas respondam está dando voto. Não estou entendendo qual o procedimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Marcos Isfer)**

Mas, V. Exa. não disse que os votos que V. Exa. votou o projeto, V. Exa. votaria para a derrubada do Veto?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Como é que V. Exa. tem certeza em relação a esse projeto? O que lhe dá a certeza? O que garante?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

Eu não ouvi a senhora votar contra esse projeto, aqui na Casa.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Deputado Isfer, vamos fazer direito a coisa. Vamos fazer a coisa séria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Qual é o voto de V. Exa., Deputada Elza Correia?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o voto NÃO da Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sim. Eu fiz uma outra Questão de Ordem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

(**Continua a Chamada Nominal**)

Sr. Presidente, dezesseis votos SIM. Dezesseis votos NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Está mantido o veto. Automaticamente, rejeitado o projeto.**

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Marcos Isfer**)

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. convocasse o 2º Secretário desta Casa, para que ocupasse o seu lugar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 075/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 160/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe o atendimento pedagógico e educacional à criança e adolescente durante o período de internação hospitalar no Estado do Paraná. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 226/06

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a hora de acusar o recebimento do Ofício nº 213/06, dessa Presidência, comunicar a V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto e Lei nº 160/06, eis que, tratando de matéria que independe de lei estadual específica, foi considerado con-

trário ao interesse público, conforme pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, de que aquela Pasta, em cumprimento ao artigo 205 da Magna Carta e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vem desenvolvendo, desde 2005, ações de implantação do Programa de Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 160/06, encontra-se publicado no DA nº 024/06, de 03.04.06, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO - VETO Nº 075/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 160/06, de autoria da Deputada Arlete Caramês, objeto de veto do Exmo. Sr. Governador do Estado, que dispõe o atendimento pedagógico e educacional à criança e adolescente durante período de internação hospitalar no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Neivo Beraldin**)

**(Procede à chamada nominal)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Onze SIM e 21 NÃO.

**Está mantido o veto. Automaticamente, rejeitado o projeto.**

#### ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 296/05, de autoria do Deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com Sicredi e Sicob, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 229/06

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 214/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no

parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto e Lei nº 296/05, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos enumerados nos anexos pronunciamentos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado da Fazenda, os quais demonstram, com o necessário detalhamento, a total impossibilidade de adoção da medida em referência.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 296/05, encontra-se publicado no DA nº 079/06, de 28.06.06, em Redação Final)**

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
E DA PREVIDÊNCIA**

*Departamento de Recursos Humanos*

**INFORMAÇÃO Nº 136/06**

**ASSUNTO:**

*Projeto de Lei 296/05, que possibilita o crédito do pagamento de servidores públicos em outro banco, em localidade onde não haja agência de banco oficial e dá outras providências.*

**INTERESSADO:** Casa Civil

**PROTOCOLO:** S/Nº

*Está sendo submetido a esta Secretaria de Estado, o Projeto de Lei 296/05, que possibilita o crédito do pagamento de servidores públicos em outro banco, em localidade onde não haja agência de banco oficial e dá outras providências.*

*O procedimento atual de crédito de pagamento está sendo feito pelo Banco do Brasil para servidores ativos, independentemente do regime e pela Caixa Econômica Federal para os inativos e pensionistas.*

*O artigo 1º do projeto em tela encerra problema de ordem operacional, quando cita a possibilidade do inativo receber através de banco existente na localidade de residência. Sabe-se que existem inativos residindo em quase todos os países do mundo. Assim, o texto do projeto deve esclarecer se essa localidade é no âmbito do Estado do Paraná, ou do país.*

*Outra questão a ser resolvida é: se o projeto pretende facilitar a vida do servidor, o texto do artigo 1º está proibindo que o servidor receba através de outro banco na localidade de residência. Da forma que se encontra o texto do artigo permite ao servidor ativo receber em outro banco somente na localidade de trabalho.*

*Idem ao inativo. Se o inativo reside fora do país, ele prefere receber em localidade de residência de filhos. O artigo está vedando esse recebimento, posto que o texto determina: "...far-se-á em agência de outros ban-*

*cos, situados na localidade de trabalho do servidor, se ativo, ou na localidade de residência, se inativo."*

*Quanto ao texto do artigo 2º, entende-se que encerra inconstitucionalidade. O artigo 164, parágrafo 3º da Constituição Federal determina que os Estados e Municípios mantenham suas contas em bancos oficiais, não podendo esses entes efetuar movimentações de suas contas em outro banco, ou em cooperativas de crédito.*

*O Estado ou Município não podem ser "associados" de cooperativas de crédito. A associação a cooperativas de crédito é permitida por Lei Federal somente a pessoa física e a pessoa jurídica de direito privado. Pela legislação as cooperativas podem efetuar operações financeiras somente com cooperados, nunca com terceiros.*

*Em relação ao artigo 3º o texto do projeto permite que o Estado realize convênio com cooperativas para recolhimento de tributos, pagamento de proventos aos servidores e concessão de empréstimo para servidores com débito em conta.*

*É totalmente equivocado esse entendimento, senão vejamos: se, por comando Constitucional, ao Poder Público é permitido manter contas somente em banco oficial, o recebimento de tributos através de cooperativas é possível mediante convênio/contrato entre o banco oficial e a cooperativa e não entre o Estado e a cooperativa.*

*Sugere-se, o encaminhamento à Sefra para pronunciamento quanto a esse artigo 3º, que trata de recolhimento de tributos estaduais através de cooperativas de crédito.*

*Em relação ao mesmo artigo 3º que permite ao Estado efetuar pagamento de proventos aos servidores, a situação é idêntica. A cooperativa será o correspondente do banco oficial para pagamento de salários, como ocorre com as casas lotéricas que recebem as faturas de água/luz da população e permitem pequenos saques.*

*Já o dispositivo do artigo 3º do projeto permite ao Estado realizar convênio com cooperativas para concessão de empréstimo para servidores com débito em conta não tem o menor sentido. A consignação em folha de pagamento não é efetuada por convênio, mas através de concessão de código para consignatário. Esse assunto já se encontra disposto em Lei Estadual 13.740, de 24 de julho de 2002, complementada pela Lei 14.587, de 22 de dezembro de 2004, permitindo no artigo 2º, VIII, e IX a consignação de mensalidade de cooperativa de crédito e empréstimo de instituição bancária, financeira, cooperativa de crédito mútuo e de entidade aberta de previdência privada. Esse dispositivo já se encontra regulamentado em lei, dispensando-se constar de novo projeto.*

*Outra impropriedade do projeto, nesse mesmo artigo 3º, é estabelecer que o empréstimo para servidores será feito com débito em conta - a conta pessoal do servidor na cooperativa. A consignação em folha de pagamento não debita da conta, mas do pagamento do servidor. Não há necessidade de constar em lei que, se*

*associado de cooperativa emprestar auxílio financeiro, o débito será de sua conta. Será que o texto viciado não pretende dizer “concessão de empréstimos para servidores públicos mediante consignação em folha de pagamento”?*

*Há, também, a discussão sobre a questão da iniciativa privativa do Governador sobre matéria de Pessoal da Administração Direta, Indireta e Autárquica do Poder Executivo, prevista no artigo 66, I e II da Constituição Estadual, em face à competência da Assembleia Legislativa, prevista no artigo 53, VIII CE, considerando que a iniciativa desse projeto de lei não foi do Poder Executivo.*

*Embora a Constituição Estadual estabeleça que a competência para dispor sobre pessoal, no artigo 53, seja da Assembleia Legislativa, a Carta Magna Paranaense delegou privativamente ao Governador a iniciativa de propor matéria sobre pessoal para que a Assembleia Legislativa possa dispor, estando este projeto em afronta aos dispositivos Constitucionais vigentes.*

*O verbo dispor contém vários significados, mas a inteligência do artigo 53, III da CE dá competência à Assembleia Legislativa para dispor sobre RH, entendendo-se o termo como: legislar, prescrever, determinar, arrumar, planejar, promover, tratar, discorrer e todas as demais formas que o conceito prevê, mas delegou exclusivamente ao Governador a iniciativa sobre a matéria para que a Assembleia Legislativa possa dispor. É simples. Por conta deste entendimento o projeto encerra, também, vício de iniciativa, afrontando comando Constitucional.*

*O presente protocolado encontra-se em condições de ser apreciado pela Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência.*

*É a informação.*

Curitiba, 13 de julho de 2006.

(a) ROMILDO RIBEIRO SBRISIA  
Ass. DRH/SEAP

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
Coordenação da administração Financeira do Estado  
Divisão de Análise Técnica e Financeira

INFORMAÇÃO Nº 032/06

INTERESSADO: Casa Civil

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 296/05

Senhor Diretor:

*Tendo em vista solicitação da Casa Civil para pronunciamento sobre o projeto de lei acima mencionado, informamos que esta Secretaria da Fazenda entende pela impossibilidade de os Municípios e o Estado movimentarem suas disponibilidades de recursos junto às Cooperativas de Crédito que integram o Sicredi e Sicob, acompanhando também os termos do Parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná de nº 181/01 da Diretoria de Contas Municipais e ratificado pelo Parecer nº*

*19017/01, da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas, conforme cópia anexa.*

*É a informação.*

Curitiba, 12 de julho de 2006.

(a) FÁDUA KUBRUSLY CRUZ

Chefe da Divisão de Análise Técnica e Financeira  
Encaminhe-se ao:

Dr. CESAR RIBEIRO FERREIRA

Diretor Geral/Sefa

Resolução nº: 14066/01

Protocolo nº: 384836/01

Origem: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Assunto: Consulta

*O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Nestor Baptista,*

**R E S O L V E :**

*Responder, à presente Consulta, pela impossibilidade de os municípios movimentarem suas disponibilidades de recursos junto às Cooperativas de Crédito que integram o Sicredi, tendo em vista o artigo 2º, da Resolução CMN/BACEN nº 2771/2000, que determina que essas entidades só podem transacionar com seus cooperativados (associados), nos termos do Parecer de nº 181/01, da Diretoria de Contas Municipais e ratificado pelo Parecer nº 19017/01, da Procuradoria do Estado junto ao este Tribunal.*

*Participaram da Sessão os Conselheiros Nestor Baptista, Quielse Crisóstomo da Silva, Artagão de Mattos Leão, Henrique Naigeboren e Heinz Georg Herwig.*

*Presente o Procurador-Geral do Estado junto a este Tribunal, Fernando Augusto Mello Guimarães.*

*Sala das Sessões, em 20.12.01.*

(a) RAFAEL IATAURO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
Diretoria de Contas Municipais

Protocolo nº: 38483-6/01

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Assunto: Consulta

Parecer nº: 181/01

EMENTA:

*Consulta. Possibilidade de movimentação de recursos públicos em bancos não oficiais, desde que não exista banco oficial no município, e que haja autorização por lei local. Tal situação só poderá persistir até que se instale agência bancária oficial no município. Impossibilidade de movimentação de recursos públicos via Sicredi/*

*Bansicredi, conforme determinação da Resolução CMN/BACEN nº 2.771 de 30/08/2000 - Aprova Regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.*

*Os Srs. Deputados Estaduais, Gestão 1998-2002, Caíto Quintana, Irineu Colombo, Ademir Bier, Orlando Pessuti, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Eli Ghel- lere, dirigem-se por meio de consulta a este Tribunal de Contas indagando se:*

*“É possível a movimentação de recursos públicos em instituições financeiras não oficiais, dentre estas as Sicredi's desde que haja autorização por lei municipal?”*

**Mérito**

*No mérito a matéria como colocada merece alguns esclarecimentos iniciais e, por vezes, algumas aparas, de modo a que, mais facilmente, e de forma esclarecedora, se possa chegar ao cerne jurídico da questão.*

*Estabelece o parágrafo 3º, do artigo 164, da Cons- tituição Federal da República do Brasil (2001, p. 109), o seguinte:*

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROTOCOLO Nº : 384836/01**

**INTERESSADO:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**ASSUNTO:** Consulta

**PARECER:** 19017/01

*1. Versa o presente expediente acerca de consulta formulada pelo interessado, visando dirimir dúvidas acerca da possibilidade de os Municípios movimentarem suas disponibilidades financeiras junto às Cooperativas de Crédito que integram o Sicredi.*

*2. No exame que fez a DCM, através do Parecer nº 181/01, subscrito pelas ilustres Assessoras Rita de Cás- sia Mombelli e Patrícia Bolsanello, bem se examinou a matéria dando-lhe o adequado tratamento jurídico e a orientação ao consulente.*

*3. Em vista disso, este representante do Ministério Público especial manifesta-se pela resposta à consulta como formulado pela DCM.*

*É o parecer.*

*MPjTC, 26 de novembro de 2001.*

*(a) ELIZEU DE MORAES CORRÊA*  
*Procurador*

**Interessado:** Casa Civil

**Assunto:** Projeto de Lei nº 296/2005

**SID:** 9.122.565-4

**INFORMAÇÃO Nº 058/2006**

*O Chefe da Casa Civil, através de requerimento ao Secretário da Fazenda, solicita o pronunciamento desta Secretaria, relativamente ao artigo 3º do Projeto de Lei nº 296/05 e especificamente a realização de convênios*

*com as cooperativas de crédito para o recolhimento de tributos.*

*O Governo do Estado do Paraná está tomando providências para viabilizar a contratação do Banco do Brasil como agente arrecadador e centralizador de arrecadação de tributos estaduais, e, posteriormente, poderá ser dado início ao processo de abertura de arrecadação, por meio de Edital de Chamamento.*

*A homologação de novos agentes financeiros dependerá de condições técnicas que serão divulga- das no Edital de Chamamento, tais como: ser inte- grante do Sistema Financeiro Nacional, possibilidade de recolhimentos nos caixas, em equipamentos de auto atendimento internet, possibilidade de envio de arquivos parciais dos recolhimentos em até quinze minutos, repasse da arrecadação efetivado indepen- dentemente da compensação dos cheques recebidos, em razão da repartição da receita na forma estabele- cida na Lei Complementar nº 63 de 11 de janeiro de 1990.*

*No caso do processo de abertura da arrecadação, o Edital de Chamamento será amplamente divulgado a fim de que todos os interessados, que possuam as condi- ções técnicas estabelecidas, possam habilitar-se.*

*Portanto, neste momento as ações dos técnicos da Fazenda estão direcionadas para viabilizar a operacio- nalização com o Banco centralizador e após a conclusão deste processo iremos direcionar os esforços para agre- gar novos arrecadadores, portanto a abertura para outros agentes financeiros para arrecadar tributos, antes da conclusão dos trabalhos com o Banco do Brasil, fica prejudicada.*

*Curitiba, 12 de julho de 2006.*

*(a) FRANCISCO DE ASSIS INOCÊNCIO*  
*Inspetor Geral de Arrecadação*

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 078/06**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

*O Projeto de Lei nº 296/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Execu- tivo a celebrar convênios com o Sicredi e Sicob, conforme especifica.*

**Fundamentação**

*Reza a Constituição Estadual:*

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legis- lativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comuni- cará, dentro de quarenta e oito horas, o Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)* (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 07.11.06

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 2541, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto adiada a discussão por 03 (três) Sessões da Proposição nº 078/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 296/05.

## ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 081/06, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 165/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/06, que autoriza o Poder Executivo a utilizar os recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, atualmente geridos pela Agência de Fomento do Paraná S.A. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 241/06

Curitiba, 30 de agosto de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 265/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 165/06, por julgar a parte vetada inconstitucional e contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, para abertura de créditos adicionais às Secretarias de Estado da Educação, da Saúde e da Segurança Pública, nos valores que especifica, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o parágrafo único, do artigo 1º.

A negativa de sanção ao mencionado parágrafo do artigo 1º, fruto de Emenda dessa Casa de Leis, decorre do dispositivo estar, sem dúvida alguma, desprovido de qualquer sentido, uma vez que as obrigações previstas na programação financeira do Fundo de Desenvolvimento Econômico, obviamente contam com o necessário suporte e que as de natureza judicial, caso ocorram, serão objeto dos mecanismos jurídicos aplicáveis, acrescentando-se a afirmação de que a figura de crédito ilimitado não tem amparo constitucional, fato que macularia o dispositivo caso fosse acolhido (artigo 135, VII, da Constituição Estadual);

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 165/06, encontra-se publicado no DA nº 089/06, de 21/08/06, em Redação Final).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 081/06

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 165/06, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a utilizar os recursos do FDE.

### Fundamentação

Vejamos o prazo de resposta do Poder Executivo para projetos vetados, enunciado na Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...).*

Verificado o presente projeto de lei, que foi à sanção em 23 de agosto de 2006, com despacho do Governador em 31 de agosto do mesmo ano. Portanto, decorrentes seis dias, a Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 07.11.06

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Neivo Beraldin**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

Sr. Presidente, dezessete SIM e 16 NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Está mantido o veto. Automaticamente, rejeitado o projeto.**

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

#### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/05.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 460 e 568/05; 223, 322, 364, 390 e 415/06.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 171/04; 463, 485, 509, 558, 744 e 786/05; 264, 393 e 511/06 e do Projeto de Resolução nº 006/05.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 078/05; 064, 065, 072 e 085/06; e das Indicações nºs 022 e 027/06.

Levanta-se a Sessão.

